



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade

*Secretaria Municipal de Governo*

### **MENSAGEM DE PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 012/2024**

Excelentíssimo Senhor

Vereador **CLAUDECI APARECIDO RODRIGUES**

Presidente da Câmara Municipal de Almirante Tamandaré


Encaminhamos a mensagem nº 012/2024 solicitando que seja apreciado este Projeto de Lei, que "Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 2.184/2020 de 12 de março de 2020 e dá outras providências."

Contando com a acolhida e aprovação do referido Projeto de Lei nº 012/2024 renovamos a Vossa Excelência e aos nobres Vereadores, nossos mais sinceros votos de estima e consideração.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, em 22 de março de 2024.

LIDO NO EXPEDIENTE DA SESSÃO DO  
DIA 26 / MARÇO / 2024

  
Secretário

  
**GERSON COLODEL**  
Prefeito Municipal



## **Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade

*Secretaria Municipal de Governo*

### **JUSTIFICATIVA DE PROJETO DE LEI Nº 012/2024**

**Excelentíssimo Senhor Presidente**  
**Excelentíssimos Senhores Vereadores**

Submetemos à apreciação e aprovação de Vossas Excelências o Projeto de Lei nº 012/2024 solicitando que seja apreciado este Projeto de Lei, que “*Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 2.184/2020 de 12 de março de 2020 e dá outras providências*”.

O presente Projeto visa adequar à Lei nº 2.184/2020 ao art. 85 do Código de Processo Civil, ao tema 510 do STF e ao entendimento do TCE/PR.

Conforme análise realizada, somente os advogados públicos efetivos, aprovados por concurso público têm direito a percepção dos honorários advocatícios, pois não estão sujeitos à transitoriedade do cargo, acompanhando os processos judiciais até o final.

Os ocupantes de cargos de provimento por Processo Seletivo Simplificado, que é por prazo determinado e Secretário Municipal, este limitado à gestão político/administrativa, não são alcançados pela lei processual civil e nem pela jurisprudência da corte suprema.

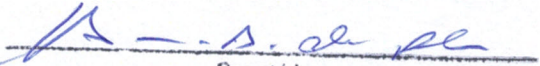
Por outro vértice, Leis de outros entes estipulam um prazo inicial para que o servidor passe a perceber honorários advocatícios, de forma a valorizar e incentivar os procuradores que já ocupam os cargos. É exatamente assim na carreira da AGU (Lei nº 13327) e no Município de Paranaguá (LC nº 261/2021)

Diante disso, para adequar a legislação municipal às leis federais e jurisprudências da Suprema Corte, assim como, incentivar os advogados públicos do município para que venham a desempenhar seu trabalho de forma eficiente, prudente à adequação da Lei referida.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR, em 22 de março de 2024.

**GERSON COLODEL**  
Prefeito Municipal

LIDO NO EXPEDIENTE DA SEÇÃO DO  
DIA 26 / março / 2024

  
Secretário



ATIVIDADE: REDAÇÃO FINAL DISCUSSÃO  
POR: DISPENSAR  
SALA DAS SESSÕES: 02/04/2024

**Almirante Tamandaré**

Prefeitura da Cidade

Secretaria Municipal de Governo

Presidente

**PROJETO DE LEI Nº 012/2024**

"Altera o art. 1º da Lei Municipal nº 2.184/2020 de 12 de março de 2020 e dá outras providências."

**A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ**, Estado do Paraná, aprovou e eu, **PREFEITO MUNICIPAL**, no uso das prerrogativas legais e de acordo com o que estabelece o art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Município, **SANCIONO** a seguinte LEI:

**Art. 1º.** A Lei nº 2.184/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Os honorários advocatícios de sucumbência arbitrados nas causas em que for parte a municipalidade, bem como em decorrência de créditos tributários ou não, inclusive os levados a protestos, pertencem exclusivamente aos ocupantes do cargo de advogado do município efetivos, devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, lotados e em exercício na Secretaria de Assuntos Jurídicos.

(...)

§ 4º Revogado.

§ 7º Os advogados públicos do município que entrarem em exercício após a entrada em vigor desta Lei, somente farão *jus* aos honorários advocatícios de sucumbência após o primeiro ano de efetivo exercício."

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ-PR**, em 22 de março de 2024.

APROVADO EM UNICA DISCUSSÃO

POR UNANIMIDADE

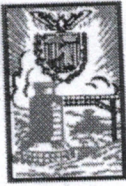
SALA DAS SESSÕES: 02/04/2024

**GERSON COLODEL**  
Prefeito Municipal


LIDO NO EXPEDIENTE DA SEÇÃO DO  
DIA 20 / março / 2024

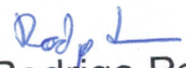
Secretário


Presidente



Aos dois dia do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às 14:00 horas, reuniram-se os vereadores componentes da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, na respectiva Sala, para analisar o Projeto de Lei nº 012/2024, de autoria do Poder Executivo Municipal, assinado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Gerson Colodel com a seguinte súmula: "Altera o Art. 1º da Lei Municipal nº 2.184/2020 de 12 de março de 2020 e dá outras providências". Após análise do Projeto de Lei acima citado, esta Comissão opinou pela legalidade e, no mérito, favoravelmente a sua aprovação, encaminhando-o para os trâmites normais.

  
Paulão  
Presidente

  
Rodrigo Pavoni  
Vice-Presidente

  
Denys Moraes  
Membro

